



127  
e

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0314294-7**

**AGRAVANTES:** Pedro Paulo de Oliveira Lins e Outro

**AGRAVADO:** Município de Jaboatão dos Guararapes (Fazenda Municipal)

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO EM EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. REJEIÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. DESCABIMENTO DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Nos termos do art. 174 do CTN, a deflagração do curso da prescrição para a ação de cobrança do crédito tributário pressupõe a sua constituição definitiva (do crédito), evento que não se confunde nem com a data do fato gerador, nem com a data do respectivo lançamento. 2. O STJ tem reiterado o entendimento de que *“o dies a quo para contagem do prazo prescricional do IPTU coincide com a data da notificação do contribuinte”* (AgRg no AREsp 339.924/PE, DJe de 24/09/2013). 3. Neste caso concreto, para fins de definição do marco inicial do prazo prescricional, não há sequer necessidade de se perquirir acerca da *data da notificação* do contribuinte ou da *data do vencimento* da obrigação, na medida em que, no dia 02/01/2008, *antes mesmo* do transcurso de 05 (cinco) anos (considerados o recesso forense e o feriado universal do dia 1º de janeiro), contados da data do fato gerador (ocorrido em 2003 e que, conforme antedito, não consubstancia o *dies a quo* do prazo prescricional), o exequente ajuizou a execução em apreço, não havendo, portanto, que se cogitar de prescrição. 4. Sucede que, apesar de protocolado oportunamente (em 02/01/2008), o feito somente foi distribuído em 30/04/2009, sobrevindo o despacho inicial citatório em 28/05/2009, não sendo possível, entretanto, atribuir culpa à Fazenda Pública pela demora no processamento da ação, cuja paralisação se deu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, nos moldes da Súmula nº 106/STJ. 5. Por outro lado, não há de subsistir a parte da decisão agravada que se refere à verba sucumbencial, visto que não cabe condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente (STJ - AgRg no REsp 1.130.549/SP, DJe de 28/10/2013). 6. Agravo parcialmente provido, tão somente para excluir da decisão impugnada a condenação da parte excipiente/agravante ao pagamento de honorários sucumbenciais. 7. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0314294-7, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0314294-7

COMARCA: Jaboatão dos Guararapes

AGRAVANTES: Pedro Paulo de Oliveira Lins e Outro

AGRAVADO: Município de Jaboatão dos Guararapes (Fazenda Municipal)

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **agravo de instrumento** interposto contra decisão prolatada pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que, nos autos da **Execução Fiscal** NPU 0006962-74.2009.8.17.0810, rejeitou a exceção de pré-executividade ali apresentada pela parte ora recorrente, condenando-a ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

Inconformados, os agravantes sustentam, em síntese, que a pretensão executiva em comento estaria fulminada prescrição, seja à vista da data do ajuizamento da ação (protocolada em 02/01/2008, para a cobrança do IPTU correspondente ao exercício de 2003), seja à vista da data do despacho inicial citatório, proferido em 28/05/2009. Nessa direção, citam a legislação e a jurisprudência que reputam pertinentes ao caso, aduzem a inaplicabilidade da Súmula nº 106/STJ (inclusive porque, à época da propositura da execução, a pretensão já estaria atingida pela prescrição) e, ao final, pugnam pelo provimento do agravo, com a extinção do processo e a decretação da nulidade do parcelamento tributário alhures formalizado (com a devolução, em dobro, dos valores pagos indevidamente).

A Fazenda Municipal apresentou resposta ao agravo, refutou as teses recursais concernentes à alegada prescrição e requereu a manutenção da decisão combatida (fls. 112/120).

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 22 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

128  
e

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0314294-7  
COMARCA: Jaboatão dos Guararapes  
AGRAVANTES: Pedro Paulo de Oliveira Lins e Outro  
AGRAVADO: Município de Jaboatão dos Guararapes (Fazenda Municipal)  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Na hipótese, penso que não assiste razão à parte agravante. Explico.

Em primeiro lugar, observe-se que o IPTU é um imposto a ser lançado de ofício pela autoridade fiscal, sendo certo que o respectivo *fato gerador* se tem por verificado, via de regra e *ex vi legis*, no primeiro dia do ano.

Também é certo que, de regra, a data do fato gerador não coincide nem com a data do *lançamento de ofício*, nem, *a fortiori*, com a data da *constituição definitiva* do crédito.

Destarte, é fora de dúvida que o termo inicial para a contagem do prazo prescricional para a cobrança dos créditos tributários é o dia seguinte à data em que **constituído definitivamente o crédito tributário respectivo**, nos precisos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional, *verbis*:

“Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.”

A expressão “*constituição definitiva*” significa o **exaurimento** da instância administrativa (na qual se insere, por óbvio, o prazo para a apresentação da defesa), posto que, antes de tal esgotamento, o crédito tributário, não obstante já tenha sido lançado, **não é exigível** ao contribuinte, sendo certo que, em decorrência óbvia dessa inexigibilidade, não flui o prazo prescricional.

Nessa direção, o Superior Tribunal de Justiça tem reiterado o entendimento de que “o dies a quo *para contagem do prazo prescricional do IPTU coincide com a data da notificação do contribuinte*” (AgRg no AREsp 339.924/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 1ª Turma, julgado em 17/09/2013, DJe de 24/09/2013), e não com a data do fato gerador, como sustentam os agravantes.

Pois bem.

Neste caso, para fins de definição do marco inicial do prazo prescricional, não há sequer necessidade de se perquirir acerca da *data da notificação* do contribuinte ou da *data do vencimento* da obrigação, na medida em que, no dia **02/01/2008**, antes mesmo do transcurso de 05 (cinco) anos (considerados o



129  
e

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

recesso forense e o feriado universal do dia 1º de janeiro), contados da data do fato gerador (ocorrido em 2003 e que, conforme antedito, não consubstancia o *dies a quo* do prazo prescricional), o exequente ajuizou a execução em apreço.

Sucedendo que, apesar de protocolado oportunamente (em 02/01/2008), o feito somente foi distribuído em 30/04/2009 (fl. 40), sobrevindo o despacho inicial citatório em 28/05/2009 (fl. 45), não sendo possível, entretanto, atribuir culpa à Fazenda Pública pela demora no processamento da ação, cuja paralisação se deu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, nos moldes da Súmula nº 106/STJ.

De fato, durante o lapso temporal entre o protocolo da ação e o despacho inicial, a movimentação do processo não dependia de nenhuma providência a cargo do Município exequente, não sendo legítimo penalizá-lo com os prejuízos decorrentes de fato extintivo – ao qual não deu causa – do crédito tributário.

Aliás, essa vertente de entendimento restou por ser reafirmada pelo STJ em sede de Recurso Especial representativo da controvérsia, assim ementado:

**“PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR CULPA DO PODER JUDICIÁRIO. SÚMULA 106 DO STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ.**

1. O conflito caracterizador da lide deve estabilizar-se após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada pela via da prescrição, impondo segurança jurídica aos litigantes, uma vez que a prescrição indefinida afronta os princípios informadores do sistema tributário.

2. A perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário. Inteligência da Súmula 106/STJ. (Precedentes: AgRg no Ag 1125797/MS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 16/09/2009; REsp 1109205/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/04/2009, DJe 29/04/2009; REsp 1105174/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 09/09/2009; REsp 882.496/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 26/08/2008; AgRg no REsp 982.024/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/04/2008, DJe 08/05/2008)

(...)

5. Recurso especial provido, determinando-se o retorno dos autos à instância de origem para prosseguimento do executivo fiscal, nos termos da fundamentação expendida. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.”

(REsp 1.102.431/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 09/12/2009, DJe de 01/02/2010). Grifei.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

130  
66

Além dessas considerações, importa assinalar que, no dia 25/08/2010, as partes ora em litígio formalizaram, em audiência de conciliação extrajudicial (fl. 48), o parcelamento do débito de IPTU/TLP relativo ao exercício de 2003 (ocasião na qual o Município de Jaboatão dos Guararapes reconheceu a prescrição em relação aos exercícios de 2001 e 2002), fato que ensejou a suspensão da exigibilidade do crédito, bem assim nova interrupção no curso da prescrição (CTN, arts. 151, VI, e 174, p. único, IV).

Em suma: neste caso, não ocorreu a prescrição suscitada pelos agravantes.

Por fim, não há de subsistir a parte da decisão agravada que se refere à verba sucumbencial, pois é pacífica a orientação da jurisprudência no sentido de que não cabe condenação em honorários advocatícios em exceção de pré-executividade julgada improcedente (STJ - AgRg no REsp 1.130.549/SP, Rel. Min. Raul Araújo, 4ª Turma, julgado em 17/09/2013, DJe de 28/10/2013).

Por todo o exposto, **dou provimento parcial ao agravo de instrumento**, tão somente para excluir da decisão impugnada a condenação da parte excipiente/agravante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator